



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM ECONOMIA POLÍTICA
Conjuntura Econômica do Brasil – Dezembro de 2003

Prof.^a Anita Kon

Neste primeiro ano de governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a conjuntura da economia brasileira apresentava uma série de condições favoráveis, porém permaneciam aspectos estruturais bloqueadores do desenvolvimento. Houve forte recuperação dos indicadores financeiros e reconquista de credibilidade perante os mercados, mas também uma das menores taxas de crescimento na última década (0,3% no ano), queda na renda do trabalhador e do poder aquisitivo, que acumularam respectivamente 11% e 15%.

A queda na renda do trabalhador impediu que a indústria brasileira mantivesse desde outubro a trajetória de crescimento apresentada, devido à estagnação da categoria de bens semi e não-duráveis. Este "efeito renda" abrangeu principalmente os produtos de consumo mais essenciais: de alimentos a remédios. Consequentemente, o desemprego aumentou de 10,5% em janeiro para 12,9% em outubro, permanecendo em 19,2% em Dezembro.

O estrangulamento da economia teve duas origens principais. Primeiro, o governo elevou a meta de superávit primário (para pagamento de juros da dívida pública) de 3,75% do PIB para 4,25%. Esta elevação foi feita pelo lado das despesas, resultando em menos recursos para estimular a economia. Em segundo lugar, o Banco Central aumentou os juros básicos da economia (em janeiro e fevereiro), elevando a alta taxa de 25% ao ano para 26,5% e mantendo nesse nível até junho. O aumento do custo do crédito fez com que os consumidores reduzissem suas compras e a indústria sua produção. As vendas no comércio aumentaram em novembro, mas abaixo da média histórica do setor para a época. Esta retomada nas vendas natalinas não evitou que alguns setores do comércio fechassem no vermelho em 2003.

Do lado dos indicadores, o risco-Brasil, que representa o termômetro da desconfiança estrangeira nos títulos da dívida do país, fechou o ano com uma queda percentual recorde, ao acumular baixa anual de quase 68%, chegando aos 468 pontos, menor nível desde maio de 98. Já a inflação, medida pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), ficou em 9,1% em 2003. Com este resultado, pelo terceiro ano consecutivo a meta fixada pelo CMN (Conselho Monetário Nacional) não foi atingida, pois o objetivo era manter a alta dos preços em 4%. Os alimentos e combustíveis tiveram queda na alta de preços mas algumas tarifas públicas foram responsáveis pelos índices de aumento de preços. Porém o país conseguiu controlar a inflação, embora tenha comprometido a evolução industrial e o emprego com a política de juros elevados. As empresas, no final do ano procuraram se desfazer de estoques e, ao contrário das previsões, alguns produtos tiveram seus preços em queda, mostrando a demanda não acelerada.

O saldo da balança comercial fechou o ano com recorde histórico de US\$ 24,8 bilhões. Especialistas afirmam, no entanto, que saldos deste porte não são sustentáveis no Brasil. Um dos fatores excepcionais que levaram ao saldo recorde foi a recessão econômica. O Brasil deixou de importar máquinas e insumos necessários para a modernização da indústria. As importações que chegaram quase a US\$ 60 bilhões em 1997, em 2003 serão inferiores a US\$ 50 bilhões. Outra situação que favoreceu o Brasil foi a recuperação dos preços dos produtos agrícolas, como a soja. A maior parte do saldo brasileiro depende justamente do comportamento volátil das cotações de produtos agrícolas nos mercados internacionais. Para 2004 é estimado que, com crescimento econômico previsto de 3,5%, as importações vão aumentar em torno de 13%. As exportações, chegaram a US\$ 73 bilhões e deverão crescer apenas 5% em 2004. Parte da produção hoje destinada ao exterior vai acabar sendo consumida no mercado doméstico, se houver uma melhora da renda dos brasileiros.

O governo, fazendo concessões, conseguiu passar no Congresso as reformas tributária e previdenciária. Foi aprovada emenda constitucional que estabelece a contribuição de servidores inativos e pensionistas e tornam mais duras as regras para a aposentadoria do funcionalismo e cria um teto para os salários e aposentadorias do governo federal. Para os trabalhadores da iniciativa privada, que se

aposentam pelo Instituto Nacional de Seguridade Social, a reforma eleva o atual teto de benefícios de R\$ 1.869,34 para R\$ 2.400.

Pelo acordo feito a reforma tributária foi dividida em três etapas, sendo que só a primeira seria aprovada e promulgada imediatamente, pois é essencial para o ajuste fiscal da União. Nessa primeira parte ficaram medidas de interesse direto para os caixas de União, Estados e municípios. Com sua aprovação, o governo assegurou a prorrogação até 2007 da CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira) e da DRU (Desvinculação de Receitas da União), ambas vitais para suas metas de ajuste fiscal. Esta etapa também assegura a extensão dos benefícios concedidos pela Zona Franca de Manaus de 2013 para 2023, e dos incentivos da lei de informática de 2009 para 2019. Favorecendo o empresariado, o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) sobre máquinas e equipamentos e a contribuição previdenciária patronal sobre a folha de pagamentos serão reduzidos. Também as micro e pequenas empresas serão estimuladas através de um imposto único nacional.

Do ponto de vista social, nesta etapa foi garantida a permissão a Estados e municípios para adotarem programas de inclusão social, o chamado renda mínima. A reforma tributária propriamente dita, com a unificação da legislação do ICMS e a redução do número de alíquotas de 44 para cinco, ficou para etapas posteriores e ainda depende de votação da Câmara. No entanto, aprovadas com votos da oposição, ambas as reformas (tributária e previdenciária) estão incompletas e terão pequeno impacto imediato sobre o desempenho econômico.

Em meados de Dezembro, o Banco Central, através Comitê de Política Monetária do BC reduziu os juros (1%) para 16,5% ao ano, ou 10% em termos reais, devido à convergência da inflação para a trajetória das metas e as perspectivas favoráveis para a evolução da atividade econômica. Em 2004, são esperadas pequenas variações na taxa de juros.

O Conselho Monetário Nacional também decidiu no final de Dezembro reduzir a Taxa de Juros de Longo Prazo de 11% ao ano para 10% , pois o componente de risco caiu nos últimos três meses do ano. Esta taxa serve de referência aos empréstimos concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e é formada por dois componentes: a expectativa de inflação e o fator de risco.

Em 2003, os investimentos governamentais atingiram R\$ 3 bilhões dos tributos arrecadados pela União, com queda nominal em relação a 2002 de 70,3% (eram R\$ 10,1 bilhões). O ajuste orçamentário se fez sobre os investimentos, para o governo não deixar de pagar despesas obrigatórias de salários e benefícios previdenciários. Foram contidas obras de infraestrutura, de recuperação de rodovias federais, e investimentos na área social, como o assentamento de sem-terra.

Para encerrar o ano com o receituário da ortodoxia econômica, o governo decidiu renovar o acordo com o Fundo Monetário Internacional por mais 15 meses e manter a meta de superávit primário de 4,25% para 2004. Visando a continuação da queda das taxas de juros oficiais, o aperto fiscal deverá continuar até 2007, com metas de superávit primário fixadas para 2005, 2006 e 2007 em, respectivamente, 3,75%, 3,5% e 3,25% do PIB.

Em suma, em 2003 as rígidas políticas fiscal e monetária controlaram a inflação e fizeram crescer os mercados financeiros. Os investidores tiveram um retorno de 130% em termos de dólares na Bolsa. Para 2004 a previsão de crescimento do PIB melhorou e o governo estima alta de 3,5%. A queda dos juros iniciada em junho último deverá se manter na próxima reunião do Conselho em janeiro de 2004, e o mercado espera queda de 0,5 ponto percentual na taxa. Com as taxas de juros caindo e os salários reais em recuperação, o mercado espera que a demanda do consumidor aumente neste ano e promova um crescimento econômico entre 3,5% e 4%.